

Aldo Arantes

Com o Golpe Militar, o senhor começou a ser perseguido. Por quê?

Antes do Golpe, que aconteceu em 1964, eu era o presidente da UNE, lutava pela reforma universitária. Com o Golpe, meu nome passou a ser muito visado pelos militares, e com isso passei a ser perseguido. No mesmo ano de 64, me mudei clandestinamente para o Uruguai, tentando me livrar dessa perseguição. Fiquei por lá durante um ano, mas eu era clandestino lá também, por isso minha vida nesse período era complicada.

Complicada em que sentidos?

Na verdade, mesmo estando fugido no Uruguai, eu continuava com a cabeça no Brasil. No período de um ano que fiquei no exterior, vim cinco vezes ao Brasil para reorganizar movimentos populares contra tudo o que estava acontecendo. Então, resumindo, fiquei pouco mais de um ano no Uruguai, mas nesse tempo só pensava em como eu podia voltar ao Brasil para organizar uma reforma política por aqui.

O senhor ficou um ano no Uruguai. O que aconteceu depois aqui no Brasil?

A volta foi muito difícil. Meu nome ainda era muito visado aqui no Brasil e, por isso, a perseguição continuava. Em 1968, quando eu estava em Maceió, fui preso pela primeira vez. Nessa prisão, além de me pegarem, também levaram minha mulher e meus dois filhos, que na época tinham 3 e 4 anos. Depois de cinco meses preso, consegui fugir, mas voltei a viver na clandestinidade, dessa vez em São Paulo. Mais uma vez eu continuava sendo perseguido e mais uma vez eu era clandestino no meu próprio país. Como a vida não podia parar, passei um tempo mexendo com política, e foi aí que minha ligação com o PCdoB começou.

Em 1976, novamente fui preso, dessa vez de maneira horrível. Foi o que ficou conhecido como Chacina da Lapa. Naquele dia, era mês de dezembro, no comitê central do PCdoB, três dirigentes do partido foram assassinados e eu e mais algumas pessoas

fomos barbaramente torturados. Fiquei dois anos e oito meses preso, até que em agosto de 79 eu fui libertado com a Anistia.

O Senhor recebeu indenização? Qual o valor?

Eu recebo uma indenização mensal desde o ano passado. O valor é aproximadamente R\$ 9000.

E o senhor considera esse valor justo?

Quanto ao valor, eu não sei. O que sei é que o Estado deve, com certeza, fazer essa justiça com os anistiados ou com os parentes de quem já morreu. Por exemplo, no meu caso, eu acho o valor justo. Quando sofri essas barbaridades, eu era advogado.

Claro que cada valor deve ser no nível de profissão que cada um tinha na época, mas de qualquer forma, o dinheiro não apaga o que eu passei. Fui preso e torturado. O dinheiro resolve apenas parte do meu problema. Mesmo sendo pago, a justiça não é retornada.

Para o senhor, qual a importância histórica da Anistia?

A Anistia é importantíssima para o Brasil. Um Memorial da Anistia está sendo criado em Belo Horizonte, e eu acho que é exatamente isso que se deve fazer. Além de ser relevante para nós, isso é muito importante para os jovens. Acho, até, que esse período que vivemos tem que ser incorporado em mais livros didáticos para que a juventude conheça esse passado recente do Brasil. Conhecer os fatos é como se fosse uma vacina para que isso não volte a acontecer no futuro.

O senhor acha que crimes de tortura têm prescrição ou não?

Não. A Lei de Anistia é para quem foi vítima. Os algozes não são vítimas.

Atualmente quais são os cargos que o senhor ocupa?

Sou Secretário Nacional do Meio Ambiente da Fundação Maurício Grabois e ainda faço parte do PCdoB.